

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.338.426 - DF (2012/0169192-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**RECORRENTE** : **ANTÔNIO CARLOS GONÇALVES PEREIRA E OUTROS**  
**ADVOGADO** : **SEBASTIAO MORAES DA CUNHA - DF015123**  
**RECORRIDO** : **BANCO SANTANDER BRASIL S/A**  
**ADVOGADO** : **OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ E OUTRO(S) - DF015553**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por ANTÔNIO CARLOS GONÇALVES PEREIRA e HELENA ROSANA CAMPOS PEREIRA contra acórdão exarado pelo eg. Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDFT).

Cuidam os autos, na origem, de ação revisional proposta por ANTÔNIO CARLOS GONÇALVES PEREIRA e HELENA ROSANA CAMPOS PEREIRA contra BANCO SANTANDER BRASIL.

O il. Magistrado julgou parcialmente procedente o pedido (sentença às fls. 163/169).

Diante disso, ANTÔNIO CARLOS GONÇALVES PEREIRA, HELENA ROSANA CAMPOS PEREIRA e BANCO SANTANDER interpuseram as respectivas apelações, as quais foram parcialmente providas pelo eg. TJDFT, nos termos do v. acórdão, assim ementado (fls. 270/271):

*"REVISÃO DE, CLÁUSULAS. FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO. CERCEAMENTO DE DEFESA. REJEITADO. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA. REJEITADA. LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO. REJEITADO. CORREÇÃO E AMORTIZAÇÃO. PES/CP. TABELA PRICE. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. TAXA DE JUROS NOMINAL E EFETIVA., SEGURO. DESCONTO DA FOLHA DE PAGAMENTO. REPETIÇÃO EM DOBRO. LEVANTAMENTO DA HIPOTECA.*

*I - A não produção de prova não acarreta o cerceamento de defesa quando as provas requeridas são desnecessárias para o deslinde da lide. Art. 130 do CPC. Vencida a relatora.*

*Q II - Tratando-se de discussão sobre prestações de financiamento habitacional entre o mutuário e o banco responsável pela liberação dos recursos, não há justificativa para a Caixa Econômica Federal ou a União formarem litisconsórcio passivo necessário.*

*III - Ausente interesse da Caixa Econômica Federal e da União na ação não há fundamento constitucional para o descolamento da*

*ação para a Justiça Federal.*

*IV - A correção do saldo devedor precede a amortização da prestação paga nos contratos vinculados ao SFH. Súmula 450 do e. STJ.*

*V - Inexiste provas nos autos de que tenha havido desrespeito as cláusulas contratuais que fixam as taxas de correção do saldo devedor e das prestações.*

*VI - Os valores relativos ao seguro previstos ;no contrato vinculam-se às normas do Sistema Financeiro de Habitação e da SUSEP.*

*VII - A utilização da Tabela Price no cálculo do valor das prestações, por si só, não implica anatocismo, que deve ser provado. Inexistindo prova, não há como se acolher o pedido relativo à extirpação da capitalização de juros.*

*VIII - Não há que se cogitar na substituição da taxa efetiva de juros pela nominal, pois a estipulação delas em percentuais diversos decorre da aplicação da Tabela Price que não induz à capitalização.*

*IX - Somente mediante autorização expressa do devedor é cabível a realização de desconto do valor devido diretamente de sua folha de pagamento.*

*Q X - Não restou comprovada cobrança indevida, portanto, não há valores a serem repetidos.*

*XI - Diante da falta de comprovação de quitação do contrato, deve ser mantida a hipoteca sobre o bem.*

*XII ~ Conheço das apelações e rejeito as preliminares de incompetência absoluta e falta de requisito de desenvolvimento válido. Apelação do réu parcialmente provida. Apelação do autor parcialmente provida."*

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (acórdão de fls. 301/307).

Inconformados, ANTÔNIO CARLOS GONÇALVES PEREIRA e HELENA ROSANA CAMPOS PEREIRA manejaram o presente recurso especial, com fulcro no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, no qual alegam violação dos arts. 330 e 535 do CPC/73; art. 5º, *caput* e parágrafo único, da MP n.º 2.170/36/2001; do art. 6º, incisos V e VIII, do CDC.

Contrarrazões às fls. 347/359.

É o relatório. Decido.

A irresignação merece prosperar quanto ao art. 330 do CPC/73.

Sob a referida violação, afirma-se que seria necessária perícia contábil para averiguar se haveria juros compostos no cálculo da Tabela *Price*. Ressalta que o julgamento antecipado do mérito causaria cerceamento de defesa.

O eg. TJDF, por sua vez, afastou a preliminar de cerceamento de defesa e, sem se valer de prova pericial, concluiu que **"A utilização da Tabela Price no cálculo do valor das prestações, por si só, não implica anatocismo, que deve ser provado. Inexistindo prova, não há como se acolher o pedido relativo à extirpação da capitalização de juros"** (fl. 271).

De fato, o recurso merece provimento. Isso porque, consoante orientação firmada neste Sodalício pelo rito do art. 543-C do CPC/73, *"A análise acerca da legalidade da utilização da Tabela Price - mesmo que em abstrato - passa, necessariamente, pela constatação da eventual capitalização de juros (ou incidência de juros compostos, juros sobre juros ou anatocismo), que é questão de fato e não de direito, motivo pelo qual não cabe ao Superior Tribunal de Justiça tal apreciação, em razão dos óbices contidos nas Súmulas 5 e 7 do STJ"* (REsp 1.124.552/RS, Rel. Ministro **Luis Felipe Salomão**, Corte Especial, julgado em 03/12/2014, DJe de 02/02/2015).

Ademais, nesse mesmo julgado, concluiu-se que, para aferir o anatocismo no cálculo da Tabela *Price*, há necessidade de prova pericial, não se enquadrando, portanto, como matéria de direito. Para melhor demonstrar essa conclusão, segue a ementa do referido aresto:

**"DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. RESOLUÇÃO STJ N. 8/2008. TABELA PRICE. LEGALIDADE. ANÁLISE. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. APURAÇÃO. MATÉRIA DE FATO. CLÁUSULAS CONTRATUAIS E PROVA PERICIAL.**

**1. Para fins do art. 543-C do CPC: 1.1. A análise acerca da legalidade da utilização da Tabela Price - mesmo que em abstrato - passa, necessariamente, pela constatação da eventual capitalização de juros (ou incidência de juros compostos, juros sobre juros ou anatocismo), que é questão de fato e não de direito, motivo pelo qual não cabe ao Superior Tribunal de Justiça tal apreciação, em razão dos óbices contidos nas Súmulas 5 e 7 do STJ.**

**1.2. É exatamente por isso que, em contratos cuja capitalização de**

*juros seja vedada, é necessária a interpretação de cláusulas contratuais e a produção de prova técnica para aferir a existência da cobrança de juros não lineares, incompatíveis, portanto, com financiamentos celebrados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação antes da vigência da Lei n. 11.977/2009, que acrescentou o art. 15-A à Lei n. 4.380/1964.*

**1.3. Em se verificando que matérias de fato ou eminentemente técnicas foram tratadas como exclusivamente de direito, reconhece-se o cerceamento, para que seja realizada a prova pericial.**

*2. Recurso especial parcialmente conhecido e, na extensão, provido para anular a sentença e o acórdão e determinar a realização de prova técnica para aferir se, concretamente, há ou não capitalização de juros (anatocismo, juros compostos, juros sobre juros, juros exponenciais ou não lineares) ou amortização negativa, prejudicados os demais pontos trazidos no recurso.*

(REsp 1124552/RS, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, CORTE ESPECIAL, julgado em 03/12/2014, DJe 02/02/2015, g.n.)

Assim, da leitura minudente do v. acórdão distrital, verifica-se que essa questão, relativa ao anatocismo, foi tratada como matéria de direito, o que viola o entendimento supracitado. O recurso especial deve ser provido, portanto, para anular o acórdão e determinar a realização de prova técnica para aferir se, concretamente, há ou não capitalização de juros (anatocismo, juros compostos, juros sobre juros, juros exponenciais ou não lineares) ou amortização negativa.

Diante do acolhimento da tese de cerceamento de defesa, resta prejudicada a análise das demais matérias.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, II, do RI-STJ, dou provimento ao recurso especial para, nos termos da fundamentação *supra*, anular o acórdão de fls. 268/287 apenas em relação à Tabela *Price* e determinar a realização de prova técnica para averiguar se há concreta e efetiva incidência de juros compostos ou amortização negativa.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 07 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator